Docusign Envelope ID: D2C83B69-0650-4077-9CCF-8E238C6D8E4A

R2PHARMA S.A.
(ANTERIORMENTE DENOMINADA R2 IBF PARTICIPAÇÕES S.A.)

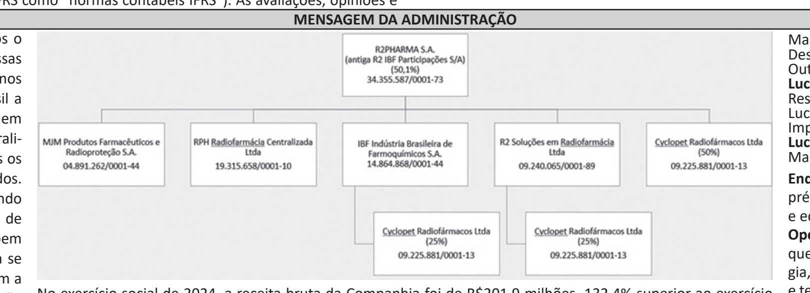
CNPJ Nº 34.355.587/0001-73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da R2PHARMA S.A. ("Companhia" ou "R2PHARMA") apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração, incluindo os resultados do ano de 2024 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir a melhor forma o negócio da Companhia, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board ("IASB"), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). As avaliações, opiniões e comentários constantes deste Relatório traduzem a visão e a percepção dos diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, e visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar (i) as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023; (ii) as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de período para período ou data para data, conforme o caso; e (iii) os principais fatores que explicam essas alterações .

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2024 enfrentamos desafios do setor e expandimos nossas competências. Mais um vez iniciamos o ano com nossa base fortalecida e perspectivas positivas. Sempre com foco na eficiência e na qualidade de nossas operações, pudemos revisar alguns processos internos e começar a colher resultados de investimentos dos anos anteriores. Consolidamos nossa posição como a mais relevante empresa privada de radiofármacos do Brasil a partir da criação da R2Pharma, resultado da parceria firmada entre a RPH e a R2IBF que foi concretizada em fevereiro de 2024. Nossa operação de Cold Kits segue em expansão e nosso negócio de radiofarmácia centralizada já está maduro em São Paulo e com boas perspectivas para o Rio de Janeiro, mostrando que aos poucos os clientes passam a valorizar um modelo de negócios inovador no Brasil. Isto pode ser observado pelos resultados. A receita bruta deste segmento foi 115,3% maior que o registrado em 2023 atingindo R$202,0 milhões (excluindo vendas intercompany). Em outubro iniciamos a comercialização dos produtos fabricados em nosso cíclotron de Itupeva que, em conjunto com os 4 ciclotrons em operação da R2IBF, consolida a posição de empresa mais bem preparada para oferecer à população brasileira o acesso a toda a tecnologia em medicina nuclear que vem se desenvolvendo ao redor do mundo. Faremos isto através de parcerias internacionais, tais como a firmada com a Telix, fabricante do Illucix, com quem temos um promissor pipeline sendo estudado e desenvolvido. A integração dos negócios que criou a R2Pharma está concluída e deverá ter um ano de reafirmação do nosso posicionamento no mercado. Estamos avançando na expansão de nossa oferta de produtos e no acesso da medicina nuclear para a população brasileira. **Carlos Eduardo da Matta -** Presidente do Conselho de Administração; **Bernardo Werther de Araújo -** Diretor - Presidente da R2PHARMA. **R2PHARMA A R2PHARMA** ("Companhia") é líder no fornecimento de radiofármacos no país, com mais de 200 colaboradores atuando em 8 unidades, incluindo: uma planta produtiva de kits liofilizados (coldkits), duas radiofarmácias centralizadas e cinco plantas de cíclotrons – estrategicamente localizadas em 5 estados do país. A Companhia atende a serviços de medicina nuclear. Trata-se de especialidade clínica que, utilizando métodos seguros e não invasivos, emprega materiais radioativos com finalidade diagnóstica (por imagem) e terapêutica, em diversas áreas como cardiologia, oncologia, hematologia, neurologia, entre outras. Nesse segmento, a Companhia oferece serviços especializados que permitem a visualização de processos fisiológicos de maneira não invasiva. A Companhia é atualmente a única prestadora de serviços a apresentar solução completa em radiofarmácia, atendendo a mais de 420 clínicas e hospitais com serviços de medicina nuclear. Abaixo, apresentamos o organograma societário do grupo, referente a 31 de dezembro de 2024.



No exercício social de 2024, a receita bruta da Companhia foi de R$201,9 milhões, 132,4% superior ao exercício social de 2023. A partir de março de 2024, a Companhia passa a consolidar o resultado da R2 IBF Participações S.A. (atualmente R2PHARMA S.A.). Os custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas são compostos majoritariamente pelas contas de pessoal, insumos, matérias primas, materiais, serviços de terceiros e aluguéis, totalizaram R$94,7 milhões, registrando crescimento de 194,2%quando comparado com 2023. Diante do exposto acima, o Lucro Bruto do exercício totalizou R$74,4 milhões e 44,0% de margem bruta, [com uma retração de margem de 9,6 p.p.] As despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação e amortização, totalizaram R$47,1 milhões ante a R$15,9 milhões em 2023, representando 27,9% da receita líquida. Em 2024, o resultado financeiro foi negativo em R$3,4 milhões, apresentando redução de 3,9% frente ao ano anterior. O lucro líquido da Companhia encerrou o ano em R$[] milhões. A tabela a seguir considera apenas o resultado da Companhia para os três últimos exercícios e a evolução trimestral do dois últimos exercícios sociais.

Indicadores Financeiros Consolidados (em R$ milhões)	2022	2023	2024	Var. %
Receita Bruta	74,2	86,9	201,9	132,3%
Receita líquida	60,2	69,4	169,1	143,7%
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-25,9	-32,2	-94,7	194,1%
Lucro bruto	34,3	37,2	74,4	100,0%
Margem bruta	57%	54%	44%	-10 p.p
Despesas gerais e administrativas	-14,7	-20,7	-26,4	27,5%
Outras despesas operacionais/ Equivalência Patrimonial	-1,7	-0,6	-0,9	50,0%
Lucro operacional	17,9	15,9	47,1	196,2%
Resultado financeiro	-2,8	-3,5	-3,4	-2,9%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15,1	12,4	43,7	252,4%
Imposto de renda e contribuição social	-2,9	-3,8	-13,5	255,3%
Lucro líquido do período	12,2	8,6	30,2	251,2%
Margem Líquida	20,3%	12,4%	17,9%	5,5 p.p

Endividamento Ao final do exercício social, o saldo da dívida bruta, correspondente a soma dos saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e contas a pagar por aquisição, foi de R$29,8 milhões. A posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, incluindo títulos e valores mobiliários, foi de R$22,7 milhões. **Informações Operacionais** A Companhia está inserida na área de medicina nuclear, que consiste em uma especialidade clínica que, utilizando métodos seguros e não invasivos, emprega materiais radioativos em diversas áreas como cardiologia, oncologia, hematologia, neurologia, entre outras, como ferramenta para acessar o funcionamento dos órgãos e tecidos vivos, realizando imagens, diagnósticos e, também, tratamentos. A Companhia oferece tais serviços e soluções completas às clínicas e hospitais com serviços de medicina nuclear. As receitas são oriundas principalmente da (i) fabricação e comercialização de Cold Kits, os quais são produzidos pela Companhia em sua fábrica localizada na cidade de Porto Alegre (RS) e são utilizados em exames SPECT e PET e (ii) manipulação e distribuição de doses personalizadas de radiofármacos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía duas Radiofarmácias Centralizadas ativas em São Paulo e no Rio de Janeiro e cinco ciclotrons localizados em São José do Rio Preto/SP, Duque de Caxias/RJ, Curitiba/PR , Vitória do Santo Antão/PE e Itupeva/SP.

Indicadores Operacionais	2022	2023	2024	Var. % 23/24
Fábrica de Cold Kits	1	1	1	0,00%
Radiofarmácia centralizadas	2	2	2	0,00%
Ciclotros Operacionais	-	0	5	n.a

Relacionamento com os auditores independentes Em consonância à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa e, para efeito da Instrução Normativa CVM 381/2003, declaramos que, no período findo em 31 de dezembro de 2024, além destes serviços, não houve a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para outros tipos de prestação de serviços.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.215	1.445	20.010	5.225
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	2.713	-
Contas a receber de clientes	6	2.268	727	30.027	11.806
Estoques	7	-	-	18.793	3.269
Tributos a recuperar	17	85	41	3.445	344
Despesas antecipadas	8	-	18	7.762	305
Dividendos a receber		4.952	-	-	-
		11.520	2.231	82.750	20.949
Não circulante					
Impostos diferidos	24	1.320	116	1.650	2.733
Tributos a recuperar	17	-	-	5.471	1.587
Despesas antecipadas	8	-	-	-	6
Partes relacionadas	25	850	8.540	6	-
Depósitos judiciais		-	-	4.465	-
Outros ativos		-	-	373	-
Investimentos	9	124.267	49.704	-	-
Imobilizado	10	-	-	123.402	56.005
Intangível	11	-	-	8.023	52
		126.437	58.360	143.390	60.383
Total do ativo		137.957	60.591	226.140	81.332

Passivo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	12	346	14	12.706	4.358
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	2.324	2.016
Debêntures	14	-	-	5.999	-
Obrigações por arrendamento	15	-	-	391	-
Contas a pagar por aquisições	16	2.043	2.141	2.043	2.459
Obrigações fiscais	17	413	221	9.154	1.912
Obrigações trabalhistas	18	621	21	3.789	1.261
Partes relacionadas		20.106	-	455	-
Dividendos a pagar	20.2	5.523	-	10.973	-
Outros		-	-	623	87
		29.052	2.397	48.457	12.093
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	9.868	11.608
Debêntures	14	-	-	29.143	-
Obrigações por arrendamento	15	-	-	4.078	-
Contas a pagar por aquisições	16	681	2.470	681	2.470
Obrigações fiscais	17	-	-	259	-
Impostos diferidos	24	-	-	2.995	-
Partes relacionadas	25	-	15.589	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	-	-	218	-
Outros passivos		-	-	22.217	15.023
		681	18.059	69.459	29.101
Total do passivo		29.733	20.456	117.916	41.194
Patrimônio líquido					
Capital social	20.1	97.675	39.917	97.675	39.917
Ágio na subscrição de ações		835	835	835	835
Reservas de lucros		18.209	8.375	18.209	8.375
Transação entre acionistas		(8.495)	(8.992)	(8.495)	(8.992)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		108.224	40.135	108.224	40.135
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	3
Total do patrimônio líquido		108.224	40.135	108.224	40.138
Total do passivo e do patrimônio líquido		137.957	60.591	226.140	81.332

Demonstrações dos resultados

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita líquida	21	6.422	1.778	169.149	69.467
Custos dos serviços prestados	22	(2.945)	-	(30.583)	-
Custos das mercadorias vendidas	22	-	-	(64.140)	(32.201)
Lucro bruto		3.477	1.778	74.426	37.266
Despesas gerais e administrativas	22	(310)	356	(26.412)	(20.706)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	-	(96)	(872)	(613)
Equivalência patrimonial	9.3	26.822	7.500	-	-
Lucro operacional		29.989	9.538	47.142	15.947
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	165	4	2.983	755
Despesas financeiras	23	(534)	(470)	(6.411)	(4.321)
		(369)	(466)	(3.428)	(3.566)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29.620	9.072	43.714	12.381
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	24	557	(499)	(13.537)	(3.807)
Lucro líquido do exercício		30.177	8.573	30.177	8.574
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		30.177	8.573	30.177	8.573
Acionistas não controladores		-	-	-	1

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	30.177	8.573	30.177	8.574
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	30.177	8.573	30.177	8.574
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	30.177	8.573	30.177	8.573
Acionistas não controladores	-	-	-	1

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital Social	Ágio na subscrição de ações	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva para retenção de lucros	Transação entre acionistas	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total de patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2023		39.917	835	-	(198)	(8.992)	-	31.562	2	31.564
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	8.573	8.573	1	8.574
Reserva legal		-	-	419	-	-	(419)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	8.154	-	(8.154)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		39.917	835	419	7.956	(8.992)	-	40.135	3	40.138
Aumento de capital social	20.1	57.758	-	-	-	-	-	57.758	-	57.758
Transações entre acionistas		-	-	-	-	497	-	497	(3)	494
Dividendos destinados	20.2	-	-	-	(14.002)	-	-	(14.002)	-	(14.002)
Lucro líquido do exercício	20.2	-	-	-	-	-	30.177	30.177	-	30.177
Absorção de prejuízos acumulados	20.2				6.046	-	(6.046)	-	-	-
Reserva legal	20.2	-	-	1.207	-	-	(1.207)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	20.2	-	-	-	-	-	(4.373)	(4.373)	-	(4.373)
Dividendos mínimos	20.2	-	-	-	-	-	(1.968)	(1.968)	-	(1.968)
Reservas para retenção de lucros	20.2	-	-	-	16.583	-	(16.583)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		97.675	835	1.626	16.583	(8.495)	-	108.224	-	108.224

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade		29.620	9.072	43.714	12.381
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	22	-	-	8.370	4.320
Equivalência patrimonial	9.3	(26.822)	(7.500)	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	6	-	-	(96)	87
Provisão para riscos processuais		-	-	74	
Alienação de ativos imobilizados		-	-	2.653	
Baixa de contratos de arrendamento		-	-	(74)	
Atualizações monetárias, rendimento títulos e valores mobiliários, juros sobre empréstimos, debêntures e arrendamento		45	-	979	1.194
Variações dos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		(1.541)	(727)	(5.283)	(2.577)
Estoques		-	-	(4.072)	(1.292)
Tributos a recuperar		(1.248)	(7)	(1.256)	449
Despesas antecipadas		18	(18)	(3.113)	305
Depósitos judiciais		-	-	52	-
Partes relacionadas		12.207	2.361	(84)	-
Fornecedores e outras contas a pagar		332	(204)	(3.686)	676
Obrigações fiscais		1.315	(194)	2.222	(2.920)
Obrigações trabalhistas		(600)	1	807	322
Outros passivos		-	-	2.561	2.758
Caixa gerado pelas atividades operacionais		14.526	2.784	43.768	15.703
Pagamento de juros de empréstimos/Debêntures	13/23	-	-	(3.682)	(1.196)
Pagamento de juros sobre arrendamento		-	-	(223)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.176)	-	(7.889)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		13.350	(2.784)	31.974	14.507
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de ativos imobilizados	10	-	-	(5.091)	(5.524)
Aquisições de ativos intangíveis	11	-	-	(1.883)	(19)
Pagamento de contas a pagar por aquisição		(1.931)	(1.931)	(1.931)	(3.895)
Caixa oriundo de combinação de negócios	1.1	-	-	4.536	-
Aquisição de títulos e valores mobiliários		-	-	(1.481)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.931)	(1.931)	(5.850)	(9.438)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital social		5.562		5.562	-
Pagamento de principal de empréstimos/Debêntures	13/14	-	-	(2.243)	(1.940)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprios		(14.211)		(14.211)	
Pagamento de principal dos arrendamentos		-	-	(447)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(8.649)	-	(11.339)	(1.940)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.770	853	14.785	3.129
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.445	592	5.225	2.096
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.215	1.445	20.010	5.225

Notas explicativas

1. Contexto operacional A R2PHARMA S.A. (anteriormente denominada R2 IBF Participações S.A.) ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima, localizada na Avenida Jose Abbas Casseb, 376, Sala 01, São José do Rio Preto/SP, que tem como objeto social a participação em outras sociedades, atividades de consultoria em gestão empresarial e representação comercial. A Companhia em conjunto com suas subsidiárias forma o Grupo R2Pharma ("Grupo R2PHARMA" ou "Grupo" ou "R2PHARMA") que atua na produção de radiofármacos, prestação de serviços nas áreas farmacêuticas e de radiofarmácia, consultoria, representação, distribuição de matérias primas e de produtos e medicamentos, ministrar palestras e custos na área farmacêutica e de radiofarmácia, transporte de medicamentos, importação e exportação de medicamentos e de matéria-prima relacionada à produção de fármacos, importação, exportação e comercialização de produtos para a saúde, e participações societárias Em 10 de julho de 2024, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de "R2 IBF Participações S.A." para "R2PHARMA S.A.". **1.1 Combinação de negócios** Em 31 de março de 2023, a Companhia e seus Acionistas, celebraram o Acordo de Investimentos e Outras Avenças com a GSH Corp Participações S.A. ("GSH"), por meio do qual acordaram os termos e condições de uma operação entre as subsidiárias da GSH voltadas ao segmento de medicina nuclear - MJM Produtos Farmacêuticos e de Radioproteção S.A ("MJM") e RPH Radiofarmacia Centralizada Ltda ("RPH") - e a R2PHARMA e seus acionistas ("Operação"). A GSH é uma importante fornecedora de prestação de serviços médico hospitalares nas áreas de hemoterapia, medicina nuclear, farmacêutica e de radiofarmácia e outros segmentos do setor de saúde, além da participação em outras sociedades. A Companhia, com a efetivação da referida operação, aumentará o portfólio de produtos e serviços oferecidos no segmento de medicina nuclear com a aquisição de duas subsidiárias da GSH, MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção S.A. ("MJM") e RPH Radiofarmácia Centralizada Ltda. ("RFC"). Essa transação não gerou impacto nos saldos contábeis apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em 23 de fevereiro de 2024 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a emissão de 39.917.548 novas ações ordinárias ("novas ações"), nominativas e sem valor nominal, com direito a voto e livres e desembaraçadas de quaisquer ônus. Estas novas ações representam 50,01% do capital social votante e total da Companhia, as quais foram subscritas e integralizadas pela GSH Corp Participações S.A. através de aporte ao capital social da R2PHARMA: (i) da totalidade das participações societárias das subsidiárias da GSH voltadas ao segmento de radiofarmácia, no montante total de R$52.694 (MJM e RFC); e (ii) do valor adicional de R$5.562, pago em 23 de fevereiro de 2024. A Companhia considerou o balanço das adquiridas apresentados em 29 de fevereiro de 2024. MJM

Ativo circulante	29/02/2024	Passivo circulante	29/02/2024
Caixa e equivalentes de caixa	3.774	Fornecedores	9.336
Títulos e valores mobiliários	1.233	Empréstimos e financiamentos	159
Contas a receber	6.682	Debêntures	766
Impostos a recuperar	3.914	Obrigações tributárias	2.039
Despesas pagas antecipadamente	3.332	Obrigações trabalhistas	1.046
Estoques	8.525	Dividendos	2.753
	27.460	Outras obrigações	571
			16.670
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Partes relacionadas	7.845	Empréstimos e financiamentos	319
Outros ativos	3.276	Debêntures	34.000
Imobilizado	52.220	Dividendos	2.185
Intangível	6.292	Outros	2.649
	69.633		39.153
		Patrimônio líquido	
		Capital social	15.078
		Reservas	26.192
			41.270
Total do ativo	97.093	Total do passivo e do patrimônio líquido	97.093

RFC

Ativo circulante	29/02/2024	Passivo circulante	29/02/2024
Caixa e equivalentes de caixa	762	Fornecedores	2.698
Contas a receber	6.160	Empréstimos e financiamentos	175
Impostos a recuperar	112	Obrigações tributárias	466
Despesas pagas antecipadamente	1.006	Obrigações trabalhistas	676
Estoques	2.927	Dividendos	512
	10.967	Outras obrigações	1.094
			5.621
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Outros ativos	808	Empréstimos e financiamentos	162
Imobilizado	14.072	Partes relacionadas	7.848
Intangível	235	Outros	1.027
	15.115		9.037
		Patrimônio líquido	
		Capital social	10.768
		Reservas	656
			11.424
Total do ativo	26.082	Total do passivo e do patrimônio líquido	26.082

Os valores patrimoniais aportados foram obtidos por meio de laudo de avaliação patrimonial, emitido na data base de 30 de novembro de 2023. Adicionalmente, a variação patrimonial entre a data base dos laudos de avaliação e a data base do respectivo evento societário foi contabilizada diretamente ao patrimônio líquido na conta de reserva de capital (transação entre acionistas) da Companhia, no valor de R$497. **2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras individuais e consolidadas** Base de preparação As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, então sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo, e foram elaboradas considerando o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia e suas controladas. Em 31 de março de 2025, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Base de consolidação As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações financeiras da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do investidor. A Companhia avalia se exerce controle ou não em uma investida, se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada, e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado, e cada componente de outros resultados abrangentes, são atribuídos aos sócios controladores e aos não controladores da Companhia. Mesmo se isso resultar em prejuízo aos sócios não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Base de consolidação A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, bem como a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas, cuja participação percentual na data do balanço encontra-se apresentada abaixo:

Controladas	Cidade	Controle	Participação 31/12/2024	Participação 31/12/2023
IBF - Indústria Brasileira de Farmoquimicos S.A. ("IBF")	Duque de Caxias/RJ	Direto	100,00%	100,00%
R2 Soluções em Radiofarmácia Ltda. ("R2")	São José do Rio Preto/SP	Direto	100,00%	99,99%
Cyclopet Radiofármacos Ltda. ("Cyclopet")	Curitiba/PR	Direto	100,00%	100,00%
MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção S.A. ("MJM") (*)	Porto Alegre/RS	Direto	100,00%	-
RPH Radiofarmácia Centralizada Ltda. ("RFC") (*)	São Paulo/SP	Direto	100,00%	-

(*) Conforme combinação de negócios (Vide nota 1.1). As controladas têm por objeto: Fabricação e comercialização de preparações farmacêuticas e reagentes de diagnósticos e tratamento; prestação de serviços nas áreas farmacêuticas, radiofarmácia e medicina nuclear e assessoria em controle de qualidade em kits liofilizados para uso em imagens médicas. **3. Políticas contábeis materiais** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Combinações de negócios e ágio** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **3.2. Conversão de moeda estrangeira** As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes na data da transação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício, são reconhecidos na demonstração do resultado, em rubrica de receitas e despesas financeiras. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **3.4. Títulos e valores mobiliários** Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até um ano, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo. **3.5. Instrumentos financeiros** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 / IFRS9, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros - custo amortizado São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - mensuração inicial No reconhecimento inicial o Grupo mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. Ativos financeiros - mensuração subsequente • Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. Redução ao valor recuperável O Grupo reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. Passivos financeiros - reconhecimento inicial Todos os passivos financeiros do Grupo são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures. Passivos financeiros - mensuração subsequente • Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.6. Contas a receber de clientes** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **3.7. Estoques** Os estoques são demonstrados a custo ou a valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de "custo médio ponderado" e o valor líquido é o preço de venda e/ou de utilização estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão, adicionados aos custos necessários para efetuar sua utilização e/ou venda. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matéria-prima, mão de obra direta, insumos, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável na data de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas consideram em suas provisões para perdas nos estoques os seguintes componentes: produtos descontinuados, materiais com prazo de validade expirado ou próximo da data de expiração e materiais fora dos parâmetros de qualidade e materiais devolvidos que não podem ser reutilizados. **3.8. Imobilizado** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Companhia. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Quando partes significativas de um item do imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias em propriedades de terceiros	5 a 25 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 a 30 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	4 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Instalações	10 a 25 anos
Equipamentos hospitalares e laboratoriais	10 anos

O valor residual e vida útil dos ativos e o método de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.9. Intangível** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. i) Softwares e licenças de sistemas As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada de 5 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. ii) Capitalização de intangível desenvolvido internamente O Grupo possui ativos intangíveis gerados internamente referentes a novos radioisótopos, tendo como objetivo a dispensa de doses unitárias de radiofármacos, bem como novos radiofármacos para possibilitar um melhor diagnóstico nos tumores de próstata, ambos se encontram em fase de desenvolvimento, o qual a Companhia está capitalizando a mão de obra e as despesas essenciais das atividades de desenvolvimento, em concordância com as premissas estabelecidas pelo CPC 04 (R1) - Ativo Intangível / IAS 38. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados: • Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; • Há a intenção e capacidade do Grupo de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros; • Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e • O Grupo possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Os ativos em uso são amortizados em 5 anos. **3.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados disponíveis, entre outros indicadores. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Em 31 de dezembro de 2024 a Administração não identificou eventos que indicassem riscos de não recuperabilidade dos ativos da Companhia e de suas controladas. **3.11. Empréstimos, financiamentos e debêntures** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período, utilizando o método de taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.12. Provisões** Geral Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** Imposto de renda e contribuição social correntes O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor, ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. O Grupo possui empresas optantes por regime tributário através do lucro real e lucro presumido. Para as investidas optantes pelo lucro real, o imposto de renda foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, definidos pela legislação vigente, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Para as empresas optantes pelo lucro presumido, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados através de aplicação dos percentuais de presunção do lucro definidos pela legislação vigente em 8% e 12% respectivamente. Sobre estas bases são calculados o imposto de renda e contribuições sociais baseadas nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$60 por trimestre) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%). Impostos diferidos Determinadas controladas indiretas apresentam imposto de renda e contribuição social diferidos pelas seguintes razões: (i) Diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. Imposto sobre vendas e serviços Despesas, ativos e passivos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	0%, 0,65% e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	0%, 3,00% e 7,6%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza ("ISS")	2,00% a 5,00%
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")	7% a 22%*
Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI")	0%

(*) Refletem as alíquotas básicas vigentes de cada Estado de operação do Grupo **3.14. Reconhecimento de receita** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de logística e vendas de itens industrializados realizados no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou de cada serviço. **3.15. Receitas e despesas financeiras** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e impostos parcelados, tarifas e comissões bancárias. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa de juros efetiva. **3.16. Arrendamentos** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo como arrendatário O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 3.10. Passivos de arrendamento Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo na data de início uma vez que a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor* O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento nos contratos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.17. Demonstração do fluxo de caixa** A informação sobre fluxo de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade da entidade para gerar caixa e seus equivalentes e as necessidades da entidade para utilizar estes fluxos de caixa. O CPC 03 (R2) -Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7) define os requisitos para a apresentação da demonstração do fluxo de caixa e respectivas divulgações (CPC 26 (R1)). Os seguintes tópicos principais devem ser apresentados em todos os fluxos de caixa: • Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da entidade; • Atividades de investimento: são as aquisições e vendas de ativos de longo prazo; e • Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos empréstimos da empresa. As somas e subtrações destes itens resultam na mudança do caixa mais equivalentes e compreendem numerário, depósitos bancários e investimentos de curto prazo com alta liquidez e baixíssimo risco. **3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024** No exercício corrente, o Grupo aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e Consolidadas.

continua...

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 16/04/2025 20:28:11 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

Docusign Envelope ID: D2C83B69-0650-4077-9CCF-8E238C6D8E4A

...continuação

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"

3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. i. Alterações à IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras/CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas suas demonstrações financeiras. ii. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; iii. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; iv. Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Com relação aos tópicos ii, iii, iv e v o Grupo não possui expectativa de que estas alterações produzirão impactos relevantes sobre as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: a) *Provisão para riscos tributários e trabalhistas* O Grupo reconhece provisão para causas tributários e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. b) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. c) *Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos* O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). O Grupo estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos do Grupo (como o rating de crédito da subsidiária). **5. Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

5.1 Caixa e equivalentes de caixa	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa e equivalente de caixa				
Caixa e bancos	971	1.445	2.775	3.510
Aplicações financeiras	3.244	-	17.235	1.715
	4.215	1.445	20.010	5.225

As aplicações financeiras constituem investimentos de curto prazo com alta liquidez, compostas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB pós-fixados). Os rendimentos médios em 31 de dezembro de 2024 foram de 98,1% do CDI para Controladora e Consolidado (em 31 de dezembro de 2023 os rendimentos foram de 98% do CDI para Controladora e Consolidado). O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de o Grupo manter seus saldos com bancos e instituições financeiras consideradas de primeira linha. **5.2 Títulos e valores mobiliários**

Títulos e valores mobiliários	Taxa	Indexador	Vencimento	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Certificado de Depósito Bancário – CDB	100,50%	CDI	15/10/2025	462	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	100,25%	CDI	21/05/2026	129	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	100,00%	CDI	05/07/2026	752	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	100,25%	CDI	07/05/2026	463	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	100,25%	CDI	14/05/2026	310	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	100,25%	CDI	17/05/2026	179	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	100,25%	CDI	18/05/2026	418	-
				2.713	-

6. Contas a receber de clientes	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Clientes nacionais	639	-	28.706	11.229
Clientes no exterior	704	727	1.375	727
Partes relacionadas (Nota 24)	925	-	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	(54)	(150)
Total do contas a receber de clientes	2.268	727	30.027	11.806

A composição dos saldos de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
A vencer	2.268	727	26.444	10.742
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-	2.391	716
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	474	209
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-	92	140
Vencidos de 91 a 120 dias	-	-	114	-
Vencidos de 121 a 180 dias	-	-	107	113
Vencidos de 181 a 360 dias	-	-	181	36
Vencidos acima de 360 dias	-	-	278	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(54)	(150)
	2.268	727	30.027	11.806

Movimentação da provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa A seguir apresentamos a movimentação da provisão para perda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(63)
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(87)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(150)
Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas	96
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(54)

7. Estoques	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Insumos	654	290
Material de uso e consumo	7.791	644
Matéria-prima	5.982	2.335
Produto intermediário	3.586	-
Produto acabado	780	-
	18.793	3.269

8. Despesas antecipadas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Adiantamento à fornecedores	-	2	7.547	46
Prêmio de seguros	-	16	32	-
Adiantamento à empregados	-	-	-	-
Outros	-	-	183	265
	-	18	7.762	311
Circulante	-	18	7.762	305
Não circulante	-	-	-	6

9. Investimentos O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras dos investimentos em controladas. **9.1. Composição dos investimentos**

Controladas	Nome da empresa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
IBF	IBF - Indústria Brasileira de Farmoquimicos S.A.	31.827	27.829
R2	R2 Soluções em Radiofarmácia Ltda.	26.265	21.777
Cyclopet	Cyclopet Radiofármacos Ltda.	1.077	98
MJM (*)	MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção S.A.	51.295	-
RFC (*)	RPH Radiofarmácia Centralizada Ltda.	13.803	-
		124.267	49.704

(*) Conforme combinação de negócios (vide nota 1.1). **9.2. Principais informações sobre as controladas**

Investidas		Participação direta	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
		Em 31 de dezembro de 2024				
IBF	IBF - Indústria Brasileira de Farmoquimicos S.A. ("IBF")	100,00%	37.014	5.185	31.829	5.243
R2	R2 Soluções em Radiofarmácia Ltda. ("R2")	99,99%	45.693	19.428	26.265	4.487
Cyclopet	Cyclopet Radiofármacos Ltda. ("Cyclopet")	100,00%	20.240	18.087	2.153	1.959
MJM	MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção S.A..	100,00%	117.791	66.496	51.295	13.732
RFC	RPH Radiofarmácia Centralizada Ltda.	100,00%	27.429	13.625	13.804	2.380

(*) Conforme combinação de negócios (Vide nota 1.1).

Investidas		Participação Direta	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
		Em 31 de dezembro de 2023				
IBF	IBF - Indústria Brasileira de Farmoquimicos S.A. ("IBF")	100,00%	39.691	11.860	27.831	3.513
R2	R2 Soluções em Radiofarmácia Ltda. ("R2")	99,99%	43.439	21.662	21.777	3.792
Cyclopet	Cyclopet Radiofármacos Ltda. ("Cyclopet")	100,00%	16.451	16.257	194	389

9.3. Movimentação dos investimentos A seguir, demonstramos a movimentação dos investimentos para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e de 2023.

Controlada	Saldo em 31/12/2023	Equivalência	Dividendos destinados	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2024
IBF	27.829	5.243	(1.246)	-	31.826
R2	21.777	4.487	-	-	26.264
Cyclopet	98	979	-	-	1.077
MJM (*)	-	13.733	(3.707)	41.270	51.296
RFC (*)	-	2.380	-	11.424	13.804
	49.704	26.822	(4.953)	52.694	124.267

(i) Conforme combinação de negócios (Vide nota 1.1).

Controlada	Saldo em 31/12/2022	Equivalência	Saldo em 31/12/2023
IBF	24.318	3.513	27.831
R2	17.984	3.792	21.776
Cyclopet	(98)	195	97
	42.204	7.500	49.704

10. Imobilizado

Custo	31/12/2022	Adições	Transferências	31/12/2023	Adições	Baixas	Combinação de negócios (**)	Transferências (*)	31/12/2024
Ativos de direito de uso	-	-	-	-	3.575	(653)	3.339	-	6.261
Benfeitorias em propriedades de terceiros	-	-	-	-	10	-	18.335	-	18.345
Máquinas e equipamentos	33.799	314	4.519	38.632	2.080	-	6.742	29.981	77.435
Equipamentos de informática	581	100	2	683	270	-	1.238	-	2.191
Móveis e utensílios	1.061	284	4	1.349	25	-	588	-	1.962
Instalações	25.649	278	17.718	43.645	109	-	1.260	12.022	57.036
Equipamentos hospitalares e laboratoriais	212	-	-	212	-	-	-	-	212
Terrenos	3.272	-	-	3.272	-	(1.437)	-	1.436	3.271
Imobilizado em andamento	20.426	4.548	(22.243)	2.731	5.621	(1.134)	45.975	(43.439)	9.754
Total do custo	85.000	5.524	-	90.524	11.690	(3.224)	77.477	-	176.467
Depreciação acumulada									
Ativos de direito de uso	-	-	-	-	(503)	571	(2.086)	-	(2.018)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	-	-	-	-	(1.683)	-	(4.293)	-	(5.976)
Máquinas e equipamentos	(21.962)	(2.840)	-	(24.802)	(3.626)	-	(3.066)	-	(31.494)
Equipamentos de informática	(442)	(59)	-	(501)	(232)	-	(525)	-	(1.258)
Móveis e utensílios	(744)	(70)	-	(814)	(127)	-	(336)	-	(1.277)
Instalações	(6.915)	(1.304)	-	(8.219)	(1.761)	-	(879)	-	(10.859)
Equipamentos hospitalares e laboratoriais	(163)	(20)	-	(183)	-	-	-	-	(183)
Total da depreciação acumulada	(30.226)	(4.293)	-	(34.519)	(7.932)	571	(11.185)	-	(53.065)
Total do imobilizado líquido	54.774	1.231	-	56.005	3.758	(2.653)	66.292	-	123.402

Imobilizado em andamento Refere-se substancialmente a construção de uma indústria de medicamentos radiofármacos produzidos através de cíclotron (acelerador de partículas capaz de produzir insumos radioativos para serem utilizados na produção de medicamentos) com início da operação e distribuição em novembro de 2024. Análise da redução ao valor recuperável A Administração avaliou a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, e não identificou evidências que poderiam indicar deterioração ou perda de valor recuperável do ativo imobilizado. **11. Intangível**

Custo (vida útil definida):	31/12/2022	Adições	31/12/2023	Adições	Combinação de negócios (*)	Consolidado 31/12/2024
Softwares	253	21	274	57	1.380	1.711
Radiofármacos desenvolvidos	-	-	-	-	5.771	5.771
Desenvolvimento de radiofármacos	-	-	-	1.826	3.403	5.229
Total do custo	253	21	274	1.883	10.554	12.711
Amortização acumulada						
Softwares	(194)	(28)	(222)	(118)	(840)	(1.180)
Radiofármacos desenvolvidos	-	-	-	(321)	(3.187)	(3.508)
	(194)	(28)	(222)	(439)	(4.027)	(4.688)
Total do intangível líquido	59	(7)	52	1.444	6.527	8.023

(*) Combinação de negócios (Vide nota 1.1).

12. Fornecedores e outras contas a pagar	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fornecedores nacionais	66	14	12.316	2.501
Fornecedores estrangeiros	280	-	390	1.857
	346	14	12.706	4.358

13. Empréstimos e financiamentos	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	536	-
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP	11.656	13.624
	12.192	13.624
Circulante	2.324	2.016
Não circulante	9.868	11.608

Movimentação dos empréstimos:

	31/12/2023	Combinação de negócios	Juros incorridos	Principal pago	Juros pagos	Amortização do custo	Consolidado 31/12/2024
BRDE	-	815	35	(275)	(39)	-	536
FINEP	13.624	-	240	(1.968)	(240)	-	11.656
(-) Custo a amortizar		-				-	
	13.624	-	275	(2.243)	(279)	-	12.192

	2022	Captação	Juros incorridos	Principal pago	Juros pagos	Consolidado 2023
FINEP	15.564	-	330	(1.940)	(330)	13.624
	15.564	-	330	(1.940)	(330)	13.624

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE Em 30 de dezembro de 2015, a controlada RFC assinou contrato com o BRDE para captação de empréstimos na modalidade CCB no montante de até R$1.188 com a taxa de juros correspondentes à taxa de juros de longo prazo ("TJLP") + 6,5% ao ano. A amortização da dívida se iniciou em 15 de fevereiro de 2018 com pagamentos mensais e o vencimento em 15 de janeiro de 2026. Os juros tiveram o início de pagamento em 15 de julho de 2016 indo até 15 de janeiro de 2026. Em 13 de fevereiro de 2019, a controlada MJM assinou contrato com o BRDE para captação de empréstimos na modalidade CCB no montante de até R$1.000 com a taxa de juros correspondentes à variação da TJLP + 5% ao ano, podendo ser reduzida a 4% ao ano nos termos do contrato. A amortização da dívida se iniciou em 15 de fevereiro de 2021 com pagamentos mensais com vencimento final em 15 de fevereiro de 2027. O pagamento dos juros se iniciou em 15 de março de 2019 com vencimento final em 15 de fevereiro de 2027. As garantias destes empréstimos são: (i) garantia fidejussória da controlada GSH Corp no montante total da dívida, do acionista Rafael Ribeiro Madke e de sua esposa Patricia Lamachia Madke; (ii) garantia de alienação fiduciária dos bens descritos no contrato; e (iii) garantia complementar sobre os recursos do Fundo Garantidor para Investidores - FGI. Não há cláusulas restritivas financeiras. Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP Em 04 de julho de 2018, a Companhia assinou contrato com a FINEP para captação de financiamento no montante de R$18.188 com taxa de juros correspondentes à Taxa Referencial ("TR") + 5,0% ao ano. Os juros são pagos mensalmente e o principal será pago em 109 parcelas mensais e consecutivas após um período de carência de 36 meses da data de assinatura do contrato. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras. Os financiamentos são garantidos por fiança e alienação fiduciária. Vencimentos As parcelas relativas ao principal e juros dos empréstimos, sem os custos de transação, têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Em menos de 1 ano	2.119	-
Entre 1 e 2 anos	2.119	-
Entre 2 e 3 anos	2.119	-
Acima de 3 anos	5.299	-
	11.656	-

14. Debêntures	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Debêntures GSHCORP	35.142	-
	35.142	-
Circulante	5.999	-
Não circulante	29.143	-

	01/01/2024	Combinação de negócios	Juros incorridos	Juros capitalizados	Juros pagos	Consolidado 31/12/2024
Debêntures GSHCORP	-	34.766	755	3.024	(3.403)	35.142

Em 30 de dezembro de 2022, foi assinado o instrumento particular da 1º emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da MJM. Essa emissão foi aprovada em AGE realizada na mesma data. Foram emitidas 340 debêntures no valor de R$100.000,00 cada perfazendo o total da emissão no valor de R$34.000 com a GSH Corp e seu desembolso ocorrido em janeiro de 2023. O cronograma de amortização das debêntures é como segue:

Data	% correspondente ao valor nominal unitário das Debêntures
30 de dezembro de 2025	14,28%
30 de junho de 2026	16,67%
30 de dezembro de 2026	20,00%
30 de junho de 2027	25,00%
30 de dezembro de 2027	33,33%
30 de junho de 2028	50,00%
30 de dezembro de 2028	100,00%

A partir da data de emissão incide sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a CDI + 2,90% a.a., apropriados mensalmente. Os juros serão pagos trimestralmente a partir da data de emissão, no dia 30 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 30 de março de 2023 e o último na data de vencimento. A MJM registrou R$755 de despesa financeira e o montante de R$3.790 foi capitalizado no imobilizado. **15. Obrigações por arrendamento** O Grupo possui contratos de arrendamento dos escritórios administrativos e instalações de radiofármacos. Os prazos de arrendamento geralmente variam entre 5 e 10 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os ativos e passivos de arrendamento apresentaram as seguintes movimentações:

	Ativo (*)	Passivo	Consolidado Despesa
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Adições	3.575	3.575	-
Remensurações	-	-	-
Baixas	(82)	(74)	-
Depreciação	(503)	-	503
Pagamento de principal	-	(447)	-
Pagamento de juros	-	-	-
Juros	-	(223)	223
Combinação de negócios (*)	1.253	1.415	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.243	4.469	726

(*) Conforme combinação de negócios (vide nota 1.1) Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento:

	Consolidado
Em até 1 ano	**862**
De 1 a 2 anos	**862**
Entre 2 a 3 anos	**862**
Entre 3 a 4 anos	**862**
Mais de 5 anos	**3.449**
	6.897
(-) Juros a apropriar	**(2.428)**
Total das obrigações por arrendamento	**4.469**
Circulante	**391**
Não circulante	**4.078**

16. Contas a pagar por aquisições	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Cyclopet (a)	2.724	4.611	2.724	4.929
	2.724	4.611	2.724	4.929
Circulante	2.043	2.141	2.043	2.459
Não circulante	681	2.470	681	2.470

(a) Trata-se de aquisição da controlada Cyclopet pela R2PHARMA realizada em 19 de abril de 2021. As prestações mensais são corrigidas monetariamente com base no índice IPCA com pagamentos mensais e consecutivos até 30 de maio de 2026. Vencimento por ano

Ano	31/12/2024
Em até 1 ano	2.043
Entre 1 e 2 anos	681
	2.724

17. Tributos a recuperar	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
PIS e COFINS	34	3	3.280	6
IRPJ e CSLL	29	2	614	34
ICMS	-	-	4.358	1.598
IPI	-	-	430	129
IRRF e CSRF	22	36	234	164
	85	41	8.916	1.931
Circulante	85	41	3.445	344
Não circulante	-	-	5.471	1.587

Obrigações fiscais	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
IRPJ e CSLL	194	183	4.831	1.005
PIS e COFINS	3	6	593	240
ISS	19	26	271	25
ICMS	-	-	2.885	489
IRRF e CSRF	197	6	507	153
Outros	-	-	326	-
	413	221	9.413	1.912
Circulante	413	221	9.154	1.912
Não circulante	-	-	259	-

18. Obrigações trabalhistas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Férias a pagar	232	-	1.638	593
Salários e ordenados a pagar	215	15	783	273
INSS, IRRF e FGTS a recolher	174	6	1.368	395
	621	21	3.789	1.261

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Consolidado Trabalhista	Consolidado Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-
Provisões	**74**	**74**
Combinação de negócios	**144**	**144**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**218**	**218**

Passivos contingentes com expectativa de perda possível Os processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda é classificada como possível na opinião da Administração do Grupo, baseada no entendimento dos seus consultores jurídicos externos, não possuem provisão correspondente reconhecida. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Trabalhistas (*)	44.659	45.994
Tributárias	1.385	-
	46.044	45.994

(*) A controlada R2 Soluções é parte em processos, substancialmente, de natureza trabalhista. O maior volume corresponde à pleito para caracterização de grupo econômico por conta da presença de um ex-sócio da R2 Soluções como acionista de outra entidade listada nos processos. Os assessores jurídicos da Companhia classificaram os referidos processos com risco de perda possível. Adicionalmente, há reiteradas decisões com jurisprudência no TST (Tribunal Superior do Trabalho) confirmando que a simples identidade de sócios não é passível da caracterização de grupo econômico. Em 31 de dezembro de 2024, o montante destas causas consideradas como perdas possíveis é de R$44.538. **20. Patrimônio líquido 20.1. Capital social** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, é de R$97.675, sendo representado por 79.834.096 unidade de ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, é de R$39.916, sendo representado por 39.916.550 ações ordinárias:

	Quantidade de ações (unidades) 31/12/2024 Ordinárias	31/12/2024 Percentual	31/12/2023 Ordinárias	31/12/2023 Percentual
JCM Empr. e Participações	-	-	2.312.974	5,79%
Higino Alexandre Penasso	-	-	1.149.987	2,88%
Fundação Pio XII	-	-	2.789.969	6,99%
Rkbens Part. e Empreend. AS	-	-	3.468.961	8,69%
JM Partic. e Administração	-	-	13.362.849	33,48%
Alexandre H. Caetano de Parma	-	-	1.155.987	2,90%
Ricardo de Paula Santos	-	-	1.155.987	2,90%
Eduardo Klepacz	-	-	13.363.849	33,47%
Valmir Antônio Dornelas	-	-	1.155.987	2,90%
GSH Corp Participações S.A.	39.917.548	50,01%	-	-
R2IBF Holding Participações S.A.	39.916.548	49,99%	-	-
Total	79.834.096	100,00%	39.916.550	100,00%

Em 20 de fevereiro de 2024, os acionistas da R2 IBF Participações S.A. transferiram suas ações para a R2IBF Holding Participações S.A., totalizando o montante de 39.916.548 ações. Em 23 de fevereiro de 2024, a Companhia, através de aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a emissão de 39.917.548 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com direito a voto e livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, as quais foram subscritas e integralizadas pela GSH Corp (conforme nota 1.1). **20.2. Distribuição de lucros** O estatuto social da Companhia estabelece dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos valores destinados à constituição de reserva legal, para pagamento de dividendo obrigatório, aí incluídos proventos distribuídos a título de juros sobre capital próprio, a todos os seus acionistas, observado o disposto no Artigo 202, incisos § 4º da Lei das S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração decidiu não efetuar a provisão para pagamento de dividendos.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	30.177	11.353
Absorção de prejuízos acumulados	(6.046)	-
Lucro líquido do exercício ajustado	24.131	11.353
Reserva legal (artigo 193 Lei nº6.404)	(1.207)	(568)
Lucro líquido a destinar	22.924	10.785
Dividendos mínimos obrigatórios	5.731	2.838
Juros sobre capital próprio (*)	(3.763)	-
Dividendo mínimo obrigatório a destinar	(1.968)	-
IR sobre JSCP	610	
Reserva de lucros acumulados (**)	16.583	7.947
	-	-

(*) Não considerado os tributos retidos na fonte no cálculo de dividendos mínimos obrigatórios conforme ICPC 08. Valor bruto de R$4.373. (**) A Administração submeterá aos acionistas o montante a ser destinado entre reserva estatutária e dividendos adicionais propostos. Em 19 de fevereiro de 2024 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R$4.373, e distribuição de dividendos intermediários no valor de R$14.002, à conta de reservas de retenção de lucros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui R$ 5.523 a pagar referente a dividendos destinados durante o exercício de 2024. **20.3. Reserva legal** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em 31 de dezembro de 2024 foi constituída a reserva legal no valor de R$1.207 (R$419 em 31 de dezembro de 2023).

21. Receita líquida	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita bruta de serviços prestados	6.858	1.936	48.918	1.936
Receita bruta de produtos	-	-	152.941	84.940
(-) Impostos sobre serviços	(436)	(158)	(5.323)	(158)
(-) Impostos sobre produtos	-	-	(24.281)	(15.203)
(-) Outros abatimentos	-	-	(3.197)	(2.048)
	6.422	1.778	169.149	69.467

22. Custos e despesas por natureza

Custos	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Pessoal	(1.118)	-	(14.497)	(5.836)
Serviços de terceiros	(1.827)	-	(26.459)	(8.463)
Matéria-prima e demais insumos da produção	-	-	(42.489)	(13.416)
Depreciação e amortização	-	-	(8.370)	(4.120)
Despesas tributárias	-	-	(340)	(234)
Despesas com vendas	-	-	(860)	(132)
Outros custos	-	-	(1.708)	-
	(2.945)	-	(94.722)	(32.201)
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	(2.945)	-	(30.583)	-
Custos das mercadorias vendidas	-	-	(64.140)	(32.201)

Despesas gerais e administrativas

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Pessoal	(3.161)	(292)	(13.419)	(3.310)
Serviços de terceiros	(2.170)	(2.459)	(12.227)	(16.847)
Despesas tributárias	(56)	(84)	(684)	(859)
Despesas com vendas	-	-	(10)	(3)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	(55)	(286)
Receitas e despesas com *intercompany*	5.162	3.191	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	(85)	(96)	(888)	(14)
	(310)	260	(27.283)	(21.319)
Classificados como:				
Despesas gerais e administrativas	(310)	356	(26.412)	(20.706)
Outras receitas/ (despesas), líquidas	-	(96)	(871)	(613)
	(310)	260	(27.283)	(21.319)

23. Resultado financeiro	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	-	-	39	18
Variação cambial	-	3	1.234	594
Rendimentos em aplicações financeiras	165	-	1.710	112
Outras receitas financeiras	-	1	-	31
	165	4	2.983	755
Despesas financeiras				
Juros e amortização do custo sobre empréstimos	(311)	(81)	(1.384)	(1.196)
Variação cambial		(151)	(767)	(91)
Multas e juros	(115)	(233)	(2.203)	(2.294)
Comissões e despesas bancárias	(108)	(5)	(1.575)	(99)
Outras despesas financeiras	-	-	(482)	(641)
	(534)	(470)	(6.411)	(4.321)
Resultado financeiro	(369)	(466)	(3.428)	(3.566)

24. Imposto de renda e contribuição social A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, aplicando as alíquotas fiscais do lucro real, respectivamente, é como segue:

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**29.620**	9.072	**43.714**	15.160
Resultado de equivalência patrimonial	**(26.822)**	(7.500)	**-**	-
Base tributável	**2.798**	1.572	**43.714**	15.160
Alíquota nominal	**34%**	34%	**34%**	34%
Tributos às alíquotas nominais	**(951)**	(534)	**(14.863)**	(5.154)
Outros ajustes				
Lucro presumido (i)	**-**	-	**-**	1.200
Juros sobre capital próprio	**610**	-	**610**	-
Outros ajustes	**898**	35	**716**	147
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**557**	(499)	**(13.537)**	(3.807)
Corrente	**(647)**	(374)	**(9.716)**	(3.161)
Diferido	**1.204**	(125)	**(3.821)**	(646)
Alíquota efetiva - %	**20,00%**	31,74%	**30,97%**	25,11%

Natureza	31/12/2023	Reconhecido no resultado	Controladora 31/12/2024 Ativo (passivo) diferido
Total do ativo fiscal diferido	**116**	**1.204**	**1.320**

Natureza	31/12/2022	Reconhecido no resultado	Controladora 31/12/2023 Ativo (passivo) diferido
Total do ativo fiscal diferido	**241**	**(125)**	**116**

Natureza	31/12/2023	Combinação de negócios	Reconhecido no resultado	Consolidado 31/12/2024 Ativo (passivo) diferido
Total do ativo fiscal diferido	**2.733**	**567**	**(1.650)**	**1.650**
	-	**(824)**	**(2.171)**	**(2.995)**

Natureza	31/12/2022	Reconhecido no resultado	Controladora 31/12/2023 Ativo (passivo) diferido
Total do ativo fiscal diferido	**2.233**	**(646)**	**1.587**

25. Partes relacionadas Resumo das transações com partes relacionadas

Ativo	Ref.:	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Contas a receber					
IBF - Indústria Brasileira de Farmoquimicos S.A.	(e)	249	-	-	-
R2 Soluções em Radiofarmácia Ltda.	(e)	278	-	-	-
Cyclopet Radiofármacos Ltda.	(e)	117	-	-	-
MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção S.A.	(e)	281	-	-	-
		925	-	-	-
Partes relacionadas a receber					
IBF - Indústria Brasileira de Farmoquimicos S.A.	(a)	850	8.540	-	-
		850	8.540	-	-
Juros sobre capital próprio a receber					
MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção S.A.		3.707	-		
IBF - Indústria Brasileira de Farmoquimicos S.A.		1.245	-	-	-
		4.952	-	-	-

Passivo	Ref.:	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Partes relacionadas a pagar					
IBF - Indústria Brasileira de Farmoquimicos S.A.		4	-	-	-
R2 Soluções em Radiofarmácia Ltda.		15	-	-	-
Cyclopet Radiofármacos Ltda.		63	-	-	-
GSH Corp Participações S.A.	(e)	84	-	455	-
R2 Soluções em Radiofarmácia Ltda.	(b)	16.017	9.852	-	-
Cyclopet Radiofármacos Ltda.	(c)	3.923	5.737	-	-
		20.106	15.589	455	-
Dividendos a pagar					
GSH Corp Participações S.A.		984	-	3.169	-
Antigos acionistas R2 IBF		1.021	-	1.021	-
R2IBF Holding Participações S.A.		983	-	983	-
		2.988	-	5.173	-
Juros sobre capital próprio a pagar					
GSH Corp Participações S.A.		-	-	3.265	-
Antigos acionistas R2 IBF		2.535	-	2.535	-
		2.535	-	5.800	-

a) Mútuo com a controlada IBF sem a incidência de juros compensatórios; b) Mútuo com a controlada R2 sem a incidência de juros compensatórios; c) Mútuo com a controlada Cyclopet, sem a incidência de juros compensatórios; d) Debêntures privadas entre a MJM e GSH Corp, conforme explicado na Nota 14; e) Rateio de compartilhamento de despesas corporativas, como jurídico, marketing, contabilidade, tesouraria, contas a pagar e contas a receber, entre outros. **26. Seguros** O Grupo mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de responsabilidade civil, instalação e montagem relacionados aos seus ativos operacionais, especificamente associados às edificações próprias no segmento de prevenção de incêndio. Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil, danos materiais, entre outros.

Descrição de seguro	Data de vigência De	Data de vigência Até	Controladora Valor da cobertura
Patrimonial	Junho/2023	Dezembro/2026	20.026
Garantia Fiscal	Agosto/2023	Julho/2026	401

Descrição de seguro	Data de vigência De	Data de vigência Até	Consolidado Valor da Cobertura
Patrimonial	Junho/2023	Dezembro/2026	20.026
Garantia Fiscal	Agosto/2023	Julho/2026	401

27. Instrumentos financeiros e gestão de risco 27.1. Instrumentos financeiros por categoria O Grupo efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros do Grupo, em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

Ativos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia do valor Justo	Controladora 31/12/2024 Valor contábil	31/12/2024 Valor justo	31/12/2023 Valor contábil	31/12/2023 Valor justo
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	639	639	727	727
Mútuo com partes relacionadas	Custo amortizado	-	925	925	8.540	8.540
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	-	346	346	14	14
Contas a pagar por aquisições	Valor justo por meio do resultado	**Nível 2**	2.724	2.724	4.611	4.611
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	-	20.106	20.106	15.589	15.589

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor Justo	Consolidado 31/12/2024 Valor contábil	31/12/2024 Valor justo	31/12/2023 Valor contábil	31/12/2023 Valor justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	17.235	17.235	1.715	1.715
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	2.713	2.713	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	29.308	29.308	11.229	11.229
Contas a receber com partes relacionadas	Custo amortizado	-	773	773	-	-
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	-	12.706	12.706	4.358	4.358
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	12.192	12.192	13.624	13.624
Debêntures	Custo amortizado	-	35.142	35.142	-	-
Obrigações por arrendamento	Custo amortizado	-	4.078	4.078	-	-
Contas a pagar por aquisições	Valor justo por meio do resultado	**Nível 2**	2.724	2.724	4.611	4.611
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	-	455	455	-	-

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **27.2. Risco de crédito** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao contas a receber de clientes) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, o Grupo registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria Financeira. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência além dos montantes provisionados para essas contrapartes. As provisões para perdas de crédito esperadas estão apresentadas como redução do saldo de contas a receber e são constituídas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às perdas na realização dos valores faturados, considerando o histórico de recebimento por operadora/cliente, além da análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte, se houver. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **27.3. Risco de liquidez** Risco de liquidez é o risco de o Grupo encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos as debêntures, em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Controladora Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores e outras contas a pagar	346	346	-	-
Contas a pagar por aquisições	2.724	2.043	681	-
Contas a pagar a partes relacionadas	20.106	20.106	-	-
	23.176	22.495	681	-
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores e outras contas a pagar	14	-	-	-
Contas a pagar por aquisições	4.611	2.141	2.470	-
Contas a pagar a partes relacionadas	15.589	15.589	-	-
	20.214	17.730	2.470	-

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Consolidado Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores e outras contas a pagar	12.706	12.706	-	-
Empréstimos e financiamentos	12.192	2.655	2.119	7.418
Debêntures	35.142	1.142	34.000	-
Obrigações por arrendamento	4.078	4.078	-	-
Contas a pagar por aquisições	2.724	2.043	681	-
Contas a pagar partes relacionadas	455	455	-	-
	67.297	23.079	36.800	7.418
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores e outras contas a pagar	4.358	4.358	-	-
Empréstimos e financiamentos	13.624	2.016	2.016	9.592
Contas a pagar por aquisições	4.929	2.459	2.470	-
	22.911	8.833	4.486	9.592

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade do Grupo possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. **27.4. Risco de mercado** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado inclui aplicações financeiras. O Grupo efetua testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, na exposição líquida, quando aplicável. Risco de taxa de juros O Grupo utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, o Grupo obtém empréstimos, financiamentos, debêntures e parcela do contas a pagar por aquisições em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa CDI e TJLP. A parcela remanescente do saldo do contas a pagar por aquisições está sujeita à flutuação da SELIC. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. O Grupo também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisições e debêntures consolidados, utilizou as projeções do CDI, SELIC e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Bradesco. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 e 3 correspondem a uma alteração de +/- 50 pontos-base nas taxas. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

Operação	Risco	Controladora Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -5%	Cenário III +5%	Consolidado Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -5%	Cenário III +5%
Ativo									
Equivalentes de caixa	CDI	-	-	-	-	17.235	19.791	19.663	19.918
Títulos e valores mobiliários	CDI	2.713	3.115	3.095	3.135	2.713	3.115	3.095	3.135
Passivo									
Empréstimos e financiamentos	CDI	-	-	-	-	(11.656)	(13.385)	(13.298)	(13.471)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	-	-	-	-	(536)	(615)	(612)	(619)
Debêntures	CDI	(35.142)	(40.354)	(40.094)	(40.614)	(35.142)	(40.354)	(40.094)	(40.614)
Contas a pagar por aquisições	85% do CDI	(2.724)	(3.067)	(3.050)	(3.085)	(2.724)	(3.067)	(3.050)	(3.085)
Contas a pagar por aquisições	SELIC	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo líquido		(35.153)	(40.306)	(40.049)	(40.564)	(30.110)	(34.515)	(34.396)	(34.736)
Efeito líquido			5.153	4.896	5.411		4.405	4.186	4.626
CDI (a.a.)			14,83%	14,09%	15,57%		14,83%	14,09%	15,57%
SELIC (a.a.)			14,43%	13,71%	15,15%		14,43%	13,71%	15,15%
TJLP (a.a.)			8,47%	8,05%	8,90%		8,47%	8,05%	8,90%

Risco cambial Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava exposta a risco de variação cambial decorrente de operações comerciais das suas controladas MJM, RFC, IBF, Cyclopet e R2 com fornecedores no exterior. A análise de sensibilidade, da taxa de câmbio sobre o passivo financeiro consolidado, utilizou a projeção do Euro (€) e do Dólar (U$) para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável. Foi obtida a projeção de R$6,60 e R$6,00, respectivamente, divulgada no relatório de projeções econômicas de longo prazo do Bradesco. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

Operação	Risco	Valor em Euros	Valor contábil	Consolidado Cenário provável
Passivo				
Fornecedores estrangeiros	**€**	**(111)**	**(708)**	**(730)**
Efeito líquido da variação do Euro				**22**
Euro em 31 de dezembro de 2024				**R$6,40**
Euro projetado para 12 meses				**R$6,60**

Operação	Risco	Valor em Dólar	Valor contábil	Consolidado Cenário provável
Passivo				
Fornecedores estrangeiros	**U$**	**(158)**	**(979)**	**(950)**
Efeito líquido da variação do Dólar				**(29)**
Dólar em 31 de dezembro de 2024				**6,18**
Dólar projetado para 12 meses				**6,00**

28. Transações que não envolvem caixa Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a seguinte atividade que não envolveu caixa e, portanto, foi excluída da demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024
Direito de uso/ obrigações por arrendamento	-	3.575
Imobilizado/Juros sobre debêntures	**3.024**	3.024
Dividendos a pagar	**5.523**	10.973

A DIRETORIA

Diretor Presidente – Bernardo Werther de Araújo
Diretor Vide Presidente – Alberto Martins

CONTADOR

Moisés da Silva Nunes CRC: 1SP252776/0-3

continua...

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 16/04/2025 20:28:35 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

Docusign Envelope ID: D2C83B69-0650-4077-9CCF-8E238C6D8E4A

...continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas da **R2PHARMA S.A.** São José do Rio Preto - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da R2PHARMA S.A. (anteriormente denominada R2 IBF Participações S.A.) ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de janeiro de 2025, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Leonardo Amaral Donato
Contador CRC RJ-090794/O

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 16/04/2025 20:28:42 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*